



1.

CULTURA E ESPORTES

2.

MEU BICHO-PAPÃO NUNCA FOI INFLAÇÃO



3.

SUPERVISORES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

4.

FALANDO "ECONOMÊS"

売盤・レコード
(水)~3月10日(日)
セール中古&

5.

MERCADO



**ECONOMIA
DO PAÍS**

6.

PREVIDÊNCIA

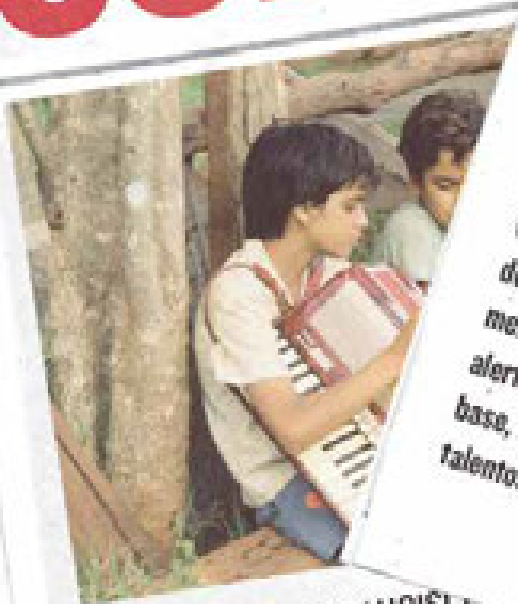
7.

**SALÁRIO
MÍNIMO**



CULTURA E ESPORTES

CULTU



DOIS FILHOS DE FRANCISCO É SUCESSO DE BILHETERIA

O filme *Dois filhos de Francisco*, que conta a história da dupla sertaneja Zezé di Camargo e Luciano, levou centenas de milhares de brasileiros ao cinema. O Caderno de Cultura entrevistou o diretor Breno Silveira, que fala sobre o impacto do longa-metragem no mercado cinematográfico nacional.

OLIMPIADAS 2016 NO BRASIL

O Rio de Janeiro vai sediar as Olimpíadas de 2016. Autoridades acreditam que a vitória da cidade, que derrotou Madrid, Chicago e Tóquio, vá atrair um número recorde de investimentos. Paralelamente, atletas e educadores alertam: é preciso formar a base, investindo nos futuros talentos desde cedo.



Você tem ideia de quanto custa produzir um filme? Pois saiba que *Dois filhos de Francisco* custou R\$ 5,9 milhões. Para conseguir realizá-lo, uma parte do dinheiro veio da Lei Rouanet. Você sabe o que é isso?

Existem leis de “incentivo fiscal” que permitem que as empresas (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoas físicas) apliquem uma parte do seu imposto de renda em ações culturais ou esportivas.

A Lei Rouanet é uma lei de incentivo fiscal porque **permite que as empresas usem até 4% do valor do imposto de renda (IR) para projetos culturais**. Assim, se a empresa deve R\$ 100.000,00 de IR ao governo, pode usar até R\$ 4.000,00 para ajudar a produzir um filme ou uma peça de teatro. O governo abre mão de parte de sua receita, para, em contrapartida, incentivar a cultura. A empresa investe em cultura e, além de beneficiar a sociedade, melhora sua imagem junto à população.

A lei de incentivo ao esporte (Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006) contém incentivos similares aos da Lei Rouanet. Com a Copa do Mundo de 2014 sendo realizada no Brasil e o Rio de Janeiro sediando as Olimpíadas de 2016, a questão do esporte ganhou mais destaque. Veja a seguir uma parte da lei de incentivo ao esporte.

“Art. 1º. A partir do ano-calendário de 2007 e até o ano-calendário de 2015, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e para-desportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte. (Redação dada pela Lei nº 11.472, de 2007)”

“A gente não quer só comida; a gente quer comida, diversão e arte”. Refrão da música “Comida”, de Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto.

Você já parou para pensar por que os projetos culturais recebem apoio do governo? Afinal, por que isso é tão importante?

A cultura faz parte do patrimônio de um país, de um povo, o que significa que a cultura brasileira também é seu patrimônio. Afinal, desde que nasce, você é herdeiro de uma série de bens culturais, a começar com a própria língua portuguesa e, além dela, de todas as manifestações artísticas e todos os costumes que caracterizam o que significa ser brasileiro. Por causa dessa herança, você pode entender e se divertir com as músicas de que gosta, apreciar e seguir os rituais das suas festividades favoritas etc. Ao fazer essas coisas junto com outros brasileiros, você pode saborear a gostosa sensação de estar entre pessoas que partilham vários aspectos da sua vida com você. Sendo um patrimônio de todos, **a cultura recebe apoio do governo** para que mais pessoas tenham acesso a ela e para que os artistas possam cumprir seu papel adequadamente.

FUNDO NACIONAL DE CULTURA (FNC)

O FNC tem o objetivo de captar e destinar recursos para projetos culturais. Veja dois artigos da Lei Rouanet, de nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que explicam o que é o FNC e como ele funciona.

A linguagem de certos textos legais é às vezes meio difícil, mas vale a pena você tentar compreendê-la para que possa aproveitar os benefícios que várias leis trazem para você. Para ajudar na compreensão destes artigos, preparamos umas perguntas e inserimos algumas explicações. Então, vai encarar?

“Art. 6º. O FNC financiará até oitenta por cento do custo total de cada projeto, mediante comprovação, por parte do proponente, ainda que pessoa jurídica de direito público, da circunstância de dispor do montante remanescente ou estar habilitado à obtenção do respectivo financiamento, através de outra fonte devidamente identificada, exceto quanto aos recursos com destinação especificada na origem.”

Qual é trecho do artigo que determina que quem pede financiamento do FNC deve comprovar que tem como pagar o valor não financiado do projeto?

Resposta: “mediante comprovação (...) da circunstância de dispor do montante remanescente”. “Montante remanescente” quer dizer “dinheiro que ainda falta ser pago”, no caso, 20% do valor total do projeto.

O FNC financia até 80% do custo total de cada projeto. Isso quer dizer que ele “doa” ou que “empresta”?

Resposta: “empresta”, porque financiamentos precisam ser pagos de volta.

“Art. 18. Com o objetivo de incentivar as atividades culturais, a União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações ou patrocínios, tanto no apoio direto a projetos culturais apresentados por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas de natureza cultural, como através de contribuições ao FNC, nos termos do art. 5o, inciso II, desta Lei, desde que os projetos atendam aos critérios estabelecidos no art. 1º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 9.874, de 1999)”

Você diria que “pessoas físicas” é um termo que se refere a pessoas comuns e que “pessoas jurídicas” é o termo que se refere a empresas ou vice-versa?

Resposta: “pessoas físicas” se refere a pessoas comuns e “pessoas jurídicas” se refere a empresas.

Afinal, essa lei foi escrita em 1991 ou em 1999?

Resposta: A lei 8.313 foi originalmente escrita em 1991, mas este artigo foi modificado por outra lei, em 1999. Muitas leis vão tendo seus artigos reescritos ou até mesmo revogados ao longo do tempo.

MEU BICHO- PAPÃO NUNCA FOI INFLAÇÃO

REVISTA
O SEU DOMINGO

AINDA
E

AINDA EXISTE UM CHOQUE DE GERAÇÕES?

Mães e filhas que dividem o armário e usam as mesmas roupas. Pais mais compreensivos. Avôs e avós que vão à academia e navegam na internet com facilidade. O perfil das gerações está mudando. Terceira idade não é mais sinônimo de aposentadoria, pois muitos homens e mulheres com mais de 60 continuam produzindo.

A revista *O Seu Domingo* colocou três gerações de uma mesma família para conversarem e descobrirem o que eles têm em comum e quais são suas maiores diferenças.

Mauro, o avô de 75 anos, Marcílio, de 46 anos, e Guto, de 16, moram todos na mesma casa.

MEDO DE INFLAÇÃO?

— Eu tenho medo que acabe a água do planeta, meu avô tem medo da volta da **inflação** – diz Guto.

— Esse meu neto pega no meu pé por causa disso – ri Seu Mauro. — Mas ele não viveu a época em que a inflação chegava a 50% ao mês. O refrigerante custava CR\$ 1,00 num mês e CR\$ 1,50 no mês seguinte. Foi quase uma **hiperinflação**. Nossa, eu passei por tantas **moedas diferentes**. A gente gastava dinheiro que não acabava mais para comprar umas coisinhas. Era monte de cruzeiro pra cá, monte de cruzeiro para lá.

— É verdade, filho. Eu me lembro bem dessa época. O dinheiro perdia valor a cada dia, parecia que não valia nada. Não dava para trabalhar assim. Fazer orçamento, previsão, nada. Eu tinha uma loja, mas não podia simplesmente **repassar os aumentos** para os clientes. Não dava para ir aumentando os preços à vontade, senão os clientes não conseguiam pagar. E se eles não compravam, eu não vendia, certo? — diz Marcílio. — Além disso, todo mês a gente ficava **mais pobre**. Ora, se os preços das coisas aumentavam e os salários não aumentavam, a gente comprava cada vez menos com o que ganhava.

HO PAPÃO
INFLAÇÃO

INFLAÇÃO

Uma passagem de ônibus, um lanche, um quilo de feijão não custam hoje o mesmo que custavam cinco anos atrás. Em 1994, uma latinha de refrigerante custava R\$ 1,00, enquanto hoje, em muitos lugares, ela custa R\$ 2,00. Se com R\$ 10,00 em 1994 você comprava dez latinhas de refrigerante, hoje compra cinco. Se isso tivesse acontecido só com o refrigerante, o problema seria dos consumidores da bebida, mas aconteceu com refrigerante, feijão, ônibus, lanches etc. Ou seja, o aumento de preços foi geral, afetou vários produtos.

O aumento contínuo e generalizado dos preços tem um nome: inflação. Como o nome diz, os preços dos produtos estão inflados.

HIPERINFLAÇÃO

Nos anos 1980 e início dos anos 1990, a inflação era um problema sério no Brasil: em alguns meses, passava de 50%. Isso quer dizer que, se ainda fosse assim, no mês passado uma garrafinha de água que custasse R\$ 1,00 poderia estar custando R\$ 1,50 este mês. Um ano depois, já custaria R\$ 130,00. Em agosto de 1993, a moeda passou a ser o Cruzeiro Real, substituída pelo Real em julho de 1994. Uma unidade monetária em agosto de 1993 equivaleria a 126 unidades monetárias em agosto de 2013! Já imaginou uma coisa dessas?



Em uma hiperinflação, a perda do poder de compra é tão grande, que as pessoas procuram não ficar com dinheiro na mão, nem mesmo por poucos dias. Os preços aumentam tanto e tão rapidamente, que assim que as pessoas recebem seu dinheiro, elas correm para comprar produtos e fazer estoques antes que não consigam comprar mais nada.

O caso mais conhecido de hiperinflação na História aconteceu na Alemanha logo após a Primeira Guerra Mundial, chegando ao incrível valor de um trilhão por cento, entre agosto de 1922 e novembro de 1923, causando uma crise econômica gigantesca. Muitos historiadores apontam essa crise como um grande motivador da ascensão do nazismo de Hitler. Depois da criação do Euro e do Banco Central Europeu, as taxas alemãs de inflação estão entre as menores do mundo.

MAIS POBRE

A inflação afeta toda a economia do país, empobrecendo a população em geral. A moeda perde seu poder de compra, enfraquecendo-se continuamente. **A inflação faz com que se compre menos produtos hoje com a mesma quantidade de dinheiro de antes.** Se a receita (salário, aposentadoria, pensão, comissão de vendas etc.) não acompanha esse aumento de preços, compram-se menos coisas do que no ano anterior. É óbvio: se os preços sobem e o quanto sua família ganha não sobe (ou o que você ganha sobe menos que os preços em geral), vocês podem comprar cada vez menos, ou seja, empobrecem. Daí a expressão poder aquisitivo ou poder de compra, que significa que você consegue comprar as coisas. **Se o salário não acompanha a inflação, o poder de compra cai.**

Lembra o exemplo do refrigerante? Se o preço dele dobrou de 1994 para 2009, a sua receita (o dinheiro que você ganha) tem que acompanhar o aumento, ou você terá que se conformar em beber menos refrigerante.



REPASSAR OS AUMENTOS

Para qualquer pessoa ou família poder planejar o seu orçamento familiar é necessário conhecer os índices de inflação. Se a sua família trabalha com vendas, também é preciso entender sobre inflação para poder ajustar os preços dos produtos ou serviços que vocês vendem.

A inflação é medida através de um “índice de inflação”, um número expresso em porcentagem, que mostra como os preços variaram entre duas determinadas datas. Os índices que medem a inflação são como termômetros para a febre.

Existem diferentes índices de inflação, mas todos eles se relacionam aos preços de uma cesta de produtos, obtendo-se uma média que dá uma visão de como os preços se comportaram em um determinado período. Ou seja, é escolhido um conjunto de produtos e os pesquisadores avaliam se os preços deles subiram ou desceram ao longo do mês, do trimestre, do ano, da década etc. Por exemplo, imagine um índice A, calculado a partir de uma cesta de produtos:

- » Preço da cesta de produtos no ano de 2000: R\$ 100,00
- » Preço da cesta com os mesmos produtos em 2009: R\$ 120,00

Inflação segundo o índice A: $(120 - 100)/100 = 20\%$. Isso quer dizer que os preços dos produtos da cesta subiram em média 20% entre 2000 e 2009. Tradução: há itens que subiram mais de 20% enquanto outros subiram menos. Alguns podem até ter caído. Mas, se calcularmos a média dos preços da cesta entre 2000 e 2009, essa média terá subido 20%.

E o “repasso”? Repasse quer dizer que um aumento de custo vai se transformar em aumento de preço. Por exemplo, o aumento do trigo vai ser repassado ao preço do pão francês.

PASSEI POR TANTA MOEDA

Muita gente acha (você também?) que se um país precisa de mais dinheiro, basta imprimir mais “cédulas” (notas de dinheiro). Mas acontece que a inflação está relacionada ao volume de moeda em circulação, isto é, à quantidade de moeda disponível para as pessoas (cédulas, papel, dinheiro no banco). Se o Banco Central – órgão do governo responsável pelo controle do dinheiro em circulação – permite que o volume de dinheiro disponível aumente, os preços começam a subir.

A razão é simples: se há mais dinheiro no bolso das pessoas, as empresas, as lojas, os supermercados percebem que podem cobrar um pouco mais por cada item vendido sem perder compradores.

MOEDAS EMITIDAS PELO BANCO CENTRAL



CRUZEIRO Cr\$
01/11/1942 A 12/02/1967



CRUZEIRO NOVO NCr\$
13/02/1967 A 14/05/1970



CRUZEIRO Cr\$
15/05/1970 A 27/02/1986



CRUZADO Cz\$
28/02/1986 A 15/01/1989



CRUZADO NOVO NCz\$
16/01/1989 A 15/03/1990



CRUZEIRO Cr\$
16/03/1990 A 31/07/1993



CRUZEIRO REAL CR\$
01/08/1993 A 30/06/1994



REAL R\$
01/07/1994

NÃO DAVA PARA TRABALHAR ASSIM

Se a inflação cresce demais, a moeda perde o valor e o país perde credibilidade, ninguém confia mais em sua moeda, as pessoas empobrecem. É por isso que o combate à inflação é tão importante.

Hoje, no Brasil, **o governo tem metas para a inflação** que são estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é quem formula a política da moeda e do crédito, objetivando a estabilidade dos preços e o desenvolvimento econômico e social do País. O governo então assume o compromisso de evitar a inflação. Para 2013, 2014 e 2015 a meta foi estabelecida em 4,5% ao ano, podendo oscilar em dois pontos percentuais para menos ou para mais, ou seja, 2,5% ou 6,5%. Para cumprir a meta, o Banco Central precisou controlar o volume de moeda em circulação, aumentando ou diminuindo esse volume por meio de recursos legais dos quais dispõe, entre outros instrumentos de controle de inflação.



OS “MILIONÁRIOS” QUE ERAM POBRES

Do final dos anos 1980 até 1994, os brasileiros sofreram com taxas de inflação muito altas. A incerteza era enorme mesmo a curto prazo: os preços subiam toda semana, quando não, todos os dias. Todos reclamavam. Contudo, apesar de fazer várias tentativas com diversos planos econômicos, os diferentes governos não conseguiam reduzi-la. Por que isso acontecia?

Certamente havia razões econômicas para isso, mas parece que também existiu, por mais estranho que pareça, uma espécie de acomodação e de tolerância à medida que as pessoas aprendiam a conviver com a inflação.

Algumas pessoas tinham salários de milhões de cruzeiros, o que lhes dava a impressão de terem mais dinheiro do que realmente tinham. Isso era um tipo de ILUSÃO MONETÁRIA. De que adiantava ganhar um milhão de cruzeiros, se isso mal conseguia sustentar uma família com produtos básicos?



SUPERVISORES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

As sociedades modernas foram ficando cada vez mais complexas em todos os sentidos. Financeiramente falando, houve um tempo em que as pessoas que precisavam de dinheiro pediam a alguém e depois, como não havia regras previamente combinadas entre todo mundo, vinham as confusões. Aos poucos, as leis foram surgindo e as coisas foram se arrumando, mas como agora já são milhões e milhões de pessoas que precisam se entender nas questões da vida financeira, cada país criou seu próprio sistema de organização financeira.

No Brasil, o sistema financeiro possui quatro órgãos para “supervisionar”, ou seja, para ficar de olho nas quatro grandes áreas da vida financeira nacional: bancos e instituições financeiras, mercado de valores mobiliários (bolsas de valores), seguros, previdência complementar e capitalização. Com isso, o governo esclarece como as coisas devem ser feitas e protege os cidadãos contra irregularidades de instituições que cuidam do nosso dinheiro, da nossa aposentadoria etc.

Com tantas questões a serem compreendidas e resolvidas na vida financeira, é inevitável que as dúvidas apareçam. Veja se sua dúvida é alguma das que apresentamos nesta Seção de Cartas de uma revista. Se não for, busque informações nos sites dos órgãos Supervisores do Sistema Financeiro Nacional (**SFN**) citados aqui.

PERGUNTE AOS ESPECIALISTAS

ABRINDO O MEU PRÓPRIO NEGÓCIO

DÚVIDA: Meu maior sonho sempre foi ter meu próprio negócio, e chegou a hora de torná-lo realidade. Mas confesso que achei que fosse mais fácil. Estou encontrando muitas dificuldades. Fui orientada a fazer um plano de negócios para conseguir financiamento, já que eu não tenho dinheiro suficiente guardado. Mas não consegui entender muito bem. É uma boa alternativa? Como funciona? (Vanessa Magalhães, por e-mail)

ESPECIALISTA: Vanessa, todas as pessoas têm sonhos, projetos que desejam realizar, mas nem sempre têm o dinheiro necessário. Justamente para resolver esses problemas, facilitando a vida de poupadores (quem está com dinheiro disponível) e tomadores (quem está com dinheiro faltando), surgiu a atividade de intermediação financeira feita pelo mercado financeiro. Sugiro que você procure um banco de sua confiança ou uma cooperativa de crédito e se informe sobre as condições de financiamento no seu caso.

BANCO

Os bancos comerciais são os bancos mais conhecidos pelas pessoas em geral. Prestam serviços como pagamentos de cheques, cobranças, recebem impostos e tarifas públicas, conta poupança, recebem depósitos à vista, fundos de investimento, contas-salário para pagamento de funcionários, fornecem crédito (empréstimos pessoais ou financiamento de bens) normalmente de curto prazo para pessoas físicas e empresas. Enfim, são os bancos com os quais a maioria das pessoas está acostumada a lidar.

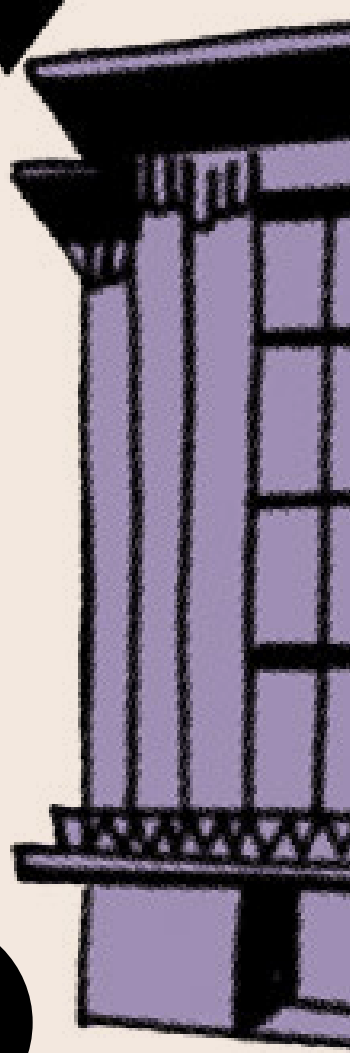


UM BANCO DIFERENTE?

DÚVIDA: O que faz exatamente o Banco Central? Ele é diferente dos outros bancos? (César Santos, por e-mail)

ESPECIALISTA: César, o Banco Central do Brasil (BCB) não é um banco comercial como os outros, ou seja, não oferece empréstimos ou financiamentos diretamente às pessoas. O Banco Central se relaciona diretamente com as instituições por ele reguladas e supervisionadas.

O BCB faz muitas coisas: fiscaliza e disciplina o mercado financeiro, define regras, limites e condutas das instituições financeiras, incluindo normas relacionadas às tarifas que um banco pode cobrar e aos serviços que devem ser gratuitos.



Além disso, empresta dinheiro aos bancos comerciais quando eles o necessitam, faz a gestão da política monetária do governo, centraliza as transferências financeiras entre o Brasil e o exterior e também é o banco do governo no gerenciamento da dívida pública interna e externa. O Banco Central define e controla a quantidade de moeda em circulação na economia, mas a impressão é feita pela Casa da Moeda, que funciona como uma espécie de gráfica da autoridade monetária. Agora você sabe quem imprime as cédulas e moedas de dinheiro que estão na sua carteira!

A atuação do Banco Central com relação às reclamações e denúncias tem por foco verificar o cumprimento das normas específicas de sua competência, para que as instituições supervisionadas atuem em conformidade às leis e à regulamentação. Para a solução de casos individuais, o cidadão deve procurar a própria instituição que lhe prestou o serviço ou comercializou o produto financeiro. Se as tentativas de solução por meio da agência ou posto de atendimento ou ainda dos serviços telefônicos ou eletrônicos de atendimento ao consumidor não apresentarem resultado, o cidadão deve procurar a ouvidoria da instituição financeira. Caso não tenha sucesso, denuncie ao Banco Central e aos órgãos de proteção e defesa do consumidor.

Visite o site do Banco Central: www.bcb.gov.br

A UNIÃO FAZ A FORÇA!

DÚVIDA: Um vizinho que é pescador me contou que ele e seus colegas de trabalho montaram uma cooperativa de crédito. O que é isso exatamente? Marília (por e-mail)

ESPECIALISTA: Em 2009, uma instituição financeira situada no Amazonas deu início a um projeto inovador que atenderia agricultores, pescadores e artesãos de Benjamin Constant e Atalaia do Norte, regiões de menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do país. A expectativa era a de que cerca de 50 agricultores se tornassem sócios logo no primeiro mês e, como benefícios, eles teriam acesso a um crédito rural oficial para investimentos e custo de produção, seguros, cartão de crédito e cheques através de um acordo com o Banco do Brasil. As taxas de juros seriam mais baixas que as usadas normalmente no mercado e, com isso, os agricultores teriam a oportunidade de impulsionar seus pequenos e médios negócios de forma coletiva. A iniciativa foi bastante aproveitada pelos associados e hoje eles fazem parte de uma “cooperativa de crédito”.

As cooperativas de crédito são formadas por associados que contribuem para sua constituição e que recebem dela empréstimos e outros serviços financeiros em condições mais vantajosas do que as normalmente encontradas no mercado. Os associados podem ser funcionários de uma mesma empresa ou grupo de empresas, profissionais de determinado setor ou empresários.

O BCB é o órgão responsável pela supervisão das cooperativas de crédito. Assim, visite o site do Banco Central: www.bcb.gov.br, para consultar informações sobre esse tipo de instituição.

SEGURO INSEGURO?

DÚVIDA: Eu fiz um contrato de seguro contra acidentes e me deram várias garantias. Porém, no mês passado, sofri um acidente de carro e a seguradora apresentou vários entraves para me pagar. Quais são os meus direitos? Jorge (por carta).

ESPECIALISTA: Você tem o direito de receber o Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) independentemente de quem seja o culpado pelo acidente? É o tal “seguro obrigatório” que todos os donos de veículos têm de pagar anualmente.

Com relação à sua pergunta, você deve consultar as condições da sua apólice para conferir as coberturas que contratou, verificando também a lista de riscos excluídos. Em seguida entre em contato com a ouvidoria da seguradora, e caso não resolva, contacte a SUSEP para esclarecer a dúvida.

A **Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)** é o órgão responsável pelo controle e pela fiscalização dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização e resseguro. Ela faz parte do Sistema Nacional de Seguros Privados. Você já deve ter ouvido falar em seguro de vida, seguro de carro, seguro residencial etc. A **SUSEP** é quem fiscaliza as empresas que oferecem seguros.

Para saber mais visite o site: www.susep.gov.br



A CRISE DOS 40!

DÚVIDA: Fiz 40 anos e essa história de crise dos 40 é mesmo verdade. A boa notícia é que como dizem que estou na “meia-idade”, eu devo viver até 80. Eu já contribuo para o **fundo de pensão** da minha empresa, mas conversando com amigos, me pareceu interessante fazer outros investimentos além da poupança, como em fundos de renda fixa ou de ações.

Por falar em ações, eu sou meio desconfiada porque investir em bolsa é para colher em longo prazo. Mas como tenho um horizonte de 40 anos pela frente decidi investir em ações. Queria saber mais sobre o mercado de ações e sobre a **CVM**.



ESPECIALISTA: É importante alertar que aplicações no mercado de valores mobiliários se constituem em investimentos de risco, onde não há garantia de rentabilidade. As ações correspondem a uma parte do capital da empresa, do seu valor, equivalendo a uma parcela de propriedade. Assim, ao comprar ações você não está emprestando dinheiro para a empresa e sim se tornando proprietário dela, no percentual investido, estará se tornando um acionista da companhia. Isso quer dizer que comprando uma ação você pode se tornar sócia da empresa em que trabalha, ou do banco onde tem conta corrente, da cadeia de lojas em que você compra suas roupas, da empresa que produz o leite que você bebe, e por aí afora. Por isso, os acionistas recebem dividendo, um valor que corresponde a parte do lucro da empresa que é para eles distribuída.

Logo, é importante que, antes de efetuar sua aplicação, você verifique a empresa na qual está investindo, por meio dos dados econômicos e financeiros divulgados pela mesma, tornando-se conhecedor dos riscos envolvidos no investimento.

As ações das empresas são negociadas em Bolsa de Valores, que divulga os preços das cotações nos jornais de grande circulação.

É importante verificar, também, se a empresa está autorizada a captar recursos junto ao público, evitando ser vítima de golpes. No site da CVM (www.cvm.gov.br) é possível ter acesso à lista de companhias credenciadas e acompanhar as informações divulgadas periodicamente, mas também de forma eventual (como o anúncio de uma nova descoberta que possa afetar o preço da ação da empresa, sendo de interesse de todos os investidores).

Para aprender mais sobre esse mercado, acesse o Portal do Investidor (www.portaldoinvestidor.gov.br), onde encontrará informações básicas sobre o mercado, assim como terá acesso a histórias interativas e desafios para testar os seus conhecimentos.

Você também está correta no seu entendimento de que os investimentos em ações são de longo prazo, mas, podem ser bem compensadores (embora ninguém possa garantir que você não terá prejuízo no seu investimento). Além dos dividendos, os investidores em ações também ganham dinheiro pela valorização delas. Ou seja, você compra por um valor e vende por um valor maior no futuro. Sendo um investimento que implica em maiores riscos será necessário ter paciência para obter maior retorno. Para você ter uma ideia de como se deve avaliar o investimento em bolsa, e necessário ter em mente a expectativa de retorno a longo prazo, conforme podemos constatar a seguir: nos últimos 10 (dez) anos o retorno nominal em ações medido pela variação do IBOVESPA foi de 440,91% contra uma inflação de 98,67%; nos últimos 5 anos a variação do IBOVESPA foi negativa de 4,59% contra uma inflação de 37,71% e no último ano (2012 em relação a 2011) o IBOVESPA apresentou variação positiva de 7,40% contra uma inflação de 12,70%, ou seja, o rendimento em ações se verificou no longo prazo.

Quando uma empresa emite ações (novas) e vende aos investidores, essa é uma oferta feita no que se chama de “mercado primário”. Com isso, ela capta recursos junto ao público para desenvolver suas atividades e, por essa razão, ela deve divulgar os seus planos para o futuro, os riscos envolvidos e como pretende aplicar os recursos, para que os investidores possam decidir se desejam se tornar sócios desse empreendimento. Todas essas informações, entre outras exigidas pela CVM, são colocadas no prospecto. Posteriormente, as pessoas podem negociar ações entre si nas Bolsas de Valores, vendendo

ou comprando ações já emitidas, em que o dinheiro passa de um investidor (comprador) para o outro (vendedor). Esse é o “mercado secundário” de ações. Quem garante que essas transações corram bem e que os pequenos investidores não sejam prejudicados, zelando pela transparência das negociações é a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A **Comissão de Valores Mobiliários – CVM** é uma autarquia responsável pela fiscalização do mercado de valores mobiliários. Ela tem por missão desenvolver e regular o mercado de valores mobiliários, garantindo que os investidores tenham acesso a boa informação para que, com base nas mesmas, possam realizar suas transações com segurança. Para saber mais: www.cvm.gov.br



FUNDOS DE PENSÃO

Diversas empresas, públicas e privadas, e organizações representativas de classe, possuem fundos de pensão para complementar a aposentadoria de seus funcionários ou associados. Somente os funcionários das empresas, ou grupo de empresas, ou ainda associados das organizações representativas podem aderir a esses fundos de pensão. No Brasil isso não é pouca coisa! O Sistema de previdência complementar do Brasil é o oitavo maior do mundo, com patrimônio aproximado de 670 bilhões de reais, administrados por cerca de 320 entidades fechadas de previdência complementar, do qual se beneficiam mais de 3 milhões de brasileiros, segundo dados de 2013. É muita gente!

A **superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)** é uma autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social, responsável pela supervisão e fiscalização dos fundos de pensão. O órgão normativo do sistema de previdência complementar fechada é o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC). A PREVIC, portanto, supervisiona, orienta e fiscaliza as atividades das entidades fechadas de previdência complementar. Afinal, estamos falando da aposentadoria de milhões de pessoas. Para saber mais: <http://www.previdencia.gov.br/previc/>



A PREVIC se chamava SPC (Secretaria de Previdência Complementar) até 2009 e, por esse motivo, você ainda poderá esbarrar com a sigla SPC em diversos locais, eventualmente, até mesmo dentro de certos sites.

Existem também as empresas de previdência complementar aberta, que são aquelas abertas a pessoas em geral que desejem investir para complementar sua aposentadoria pública. Você investe por muitos anos para garantir o seu bem-estar quando se aposentar, e é melhor que haja alguém de olho para que você não seja enganado ou prejudicado com uma falência, não é mesmo? Pois é, é isso o que a **Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)** também faz. Para saber mais: www.susep.gov.br



POR ONDE COMEÇO?

DÚVIDA: Fala, professor. Eu recebi uma grana de herança da minha avó e estou pensando em investir para no futuro ter o meu próprio negócio. Um amigo me falou de um **clube de investimentos** e outro de **fundo de investimentos**. Qual é a diferença entre os dois? Qual é o melhor? (Mateus, por e-mail).

ESPECIALISTA: Estamos falando de duas alternativas diferentes para investir a sua herança e a poupança que você fizer daqui pra frente. A melhor opção para você será a mais adequada ao seu perfil de investidor e seus projetos de vida. Veja as características desses investimentos, mas não esqueça de que a escolha é sua!

Os **clubes de investimentos** são associações de pessoas, um clube mesmo, que se reúnem para investir em ações, podendo ser administrado por uma corretora (ou por distribuidora ou banco de investimento). Você pode chamar amigos, pessoas da família ou outras pessoas com as quais você tenha algum vínculo (colegas de trabalho) ou objetivos em comum (aposentados, professores etc.). Se ele for administrado por uma corretora de valores, ela cuidará de preparar a

documentação necessária e fazer todos os registros legais. Um dos documentos a ser preparado é o regulamento, que estabelecerá as regras de funcionamento do clube e deve ser aprovado pelos cotistas em assembleia geral (a assembleia define as regras e também acompanha como o dinheiro está sendo administrado). Os Clubes de Investimento investem principalmente em ações e debêntures conversíveis em ações, que são títulos representativos de empréstimos, feitos por particulares às empresas, que poderão ser convertidos em participações acionárias.

Mesmo quando o clube é administrado por uma corretora, os seus integrantes podem decidir que a gestão dos recursos (quem toma as decisões de compra e de venda de ações etc.) seja de um dos cotistas (desde que ele não seja remunerado por isso, já que para fazer isso profissionalmente, ou seja, ganhando dinheiro por esse trabalho, é necessário ter autorização da CVM). Também é comum que o clube se reúna periodicamente para discutir as estratégias de investimento, permitindo uma participação mais ativa na administração dos recursos comuns. Por essa razão, os clubes de investimento podem ser vistos também como uma boa forma de aprendizado sobre o mercado de ações. Os clubes são registrados na BM&FBOVESPA (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) e fiscalizados por ela e pela CVM.

Os **fundos de investimento, outra alternativa de investimento coletivo**, são uma modalidade de aplicação de recursos financeiros em que diversos investidores são reunidos e adquirem cotas representativas de diferentes tipos de ativos, sob a administração de uma instituição financeira, que realizará uma série de atividades operacionais. Essa entidade também poderá gerir os recursos dos investidores (Gestão da Carteira) ou terceirizar essa atividade, mas, nesse caso contratando uma pessoa credenciada pela CVM.

Esses ativos são: títulos públicos ou privados, ações, commodities, moedas estrangeiras etc. Os fundos podem se especializar em algum desses ativos ou combiná-los em diferentes proporções. Por exemplo, um fundo pode aplicar os recursos depositados por seus cotistas em títulos públicos (renda fixa) e ações de empresas (renda variável) em proporções de 70% e 30%, respectivamente. Outro fundo pode oferecer as mesmas aplicações, mas com proporções opostas, de 30% e 70%. Cada investidor deve procurar o fundo cuja carteira (estrutura de aplicação) seja mais condizente com seu perfil.

Assim como os clubes, os fundos têm na assembleia geral o principal fórum de decisões e são regidos por um regulamento. Eles também possuem um prospecto que fica disponível para os investidores, com informações sobre a política de investimento, despesas e riscos envolvidos, para ajudá-los a se decidirem.

É como um condomínio:

- » cada morador (cotista) é dono de um apartamento (cota);
- » o prédio (fundo) tem um administrador (administrador do fundo) que é responsável por seguir as regras da convenção de condomínio (regulamento do fundo), aprovada pelos moradores em assembleia de moradores (assembleia geral de cotistas) e manter os moradores informados da sua administração;
- » o administrador contrata os serviços necessários (gestão, controle, consultoria etc.) para manter o prédio funcionando em boa ordem e os custos são rateados entre os moradores, que pagam a contribuição de condomínio (taxa de administração de um fundo); e
- » quem se torna morador do prédio (investidor, cotista) adere às regras de funcionamento (regulamento do fundo) e passa a ter voz na administração, podendo votar nas reuniões de condomínio, inclusive para mudar as regras e substituir o administrador.

Mas atenção, tome cuidado com golpes em clubes e fundos não autorizados. Invista apenas naqueles registrados na Bolsa (Clubes de Investimento) e na CVM (Fundos de Investimento). Se tiver dúvida, consulte essas entidades e se encontrar alguma oferta não autorizada, denuncie à CVM.

FALANDO
“ECONOMÊS”

11:00~20:00

- ★ビートルズジャパン (豪華)
- ★エボニーサウンズ (豪華)
- ★バナナレコード (名作盤)
- ★アラミンゴレコード (稀珍)
- ★フォーエバーレコード (大盤)
- ★カムフラージュ (大盤)
- ★キングコング (大盤店) (大盤)

DO YOU SPEAK
ENGLISH?

日本語を話しますか。

E “ECONOMÊS”,
VOCÊ FALA?

Tem gente que olha o caderno de Economia do jornal e pensa que está tudo escrito em japonês, que nunca vai conseguir entender o que está escrito ali. Calma, é possível entender, sim. Quer ver? Imagine que saiu o seguinte artigo no caderno de Economia do jornal que você lê:

“A ECONOMIA BRASILEIRA RETOMOU O CRESCIMENTO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, CONTRIBUINDO PARA A REDUÇÃO DE POBREZA NO BRASIL”.

Em 2012, o **PIB** do Brasil nos colocou como a 7ª economia do mundo, com um **PIB per capita** superior ao da China. Isso porque, apesar de a China ter um **PIB** maior que o nosso, tem também uma população oito vezes maior. Outra boa notícia é que a concentração de renda vem diminuindo em nosso país nas últimas décadas.

A **taxa de crescimento do PIB** brasileiro se acelerou, contribuindo para reduzir a pobreza em nosso país.

Na verdade, o tamanho da nossa economia pode ser ainda maior, porque **empresas e profissionais informais** não entram nos cálculos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – para o PIB. Essa economia informal pode ser maior do que se imagina. Imagine os ganhos para o país se esse pessoal fizesse parte da economia formal.

Programas sociais, contribuem para reduzir a pobreza, mas a maioria dos especialistas concorda que investimentos maciços em educação são vitais para o desenvolvimento sustentável.

De um modo geral, é possível entender a ideia central do artigo. Alguns termos você pode desconhecer ainda, mas até o final deste livro, você já vai estar conhecendo cada um deles. Por enquanto vamos lhe ajudar com um tradutor de “economês”.

The background of the page is a dense, repeating pattern of simple, black-and-white cartoon faces of various ethnicities and expressions, interspersed with dollar signs (\$). The faces are drawn in a minimalist, sketchy style. The dollar signs are also simple, bold outlines. The overall effect is a busy, textured background that suggests a global or economic theme.

PIB

PIB (Produto Interno Bruto) – É a soma de tudo o que se produz no país. O PIB é a medida do tamanho de uma economia, ou seja, **quanto mais se produz num país, maior o PIB.**

O maior PIB do mundo em 2012 foi o dos Estados Unidos. Naquele ano, a economia americana produziu em bens e serviços o equivalente a US\$ 15,7 trilhões. O PIB do Brasil foi o 7º colocado nesse ranking. Em 2012, produzimos aproximadamente US\$ 2,4 trilhões.

Agora, uma pergunta: se o PIB é a soma de tudo o que se produz, não deveríamos estar falando de toneladas, metros cúbicos, litros, enfim, de unidades que representam volumes de produção, como toneladas de aço ou trigo, número de aviões produzidos etc.? **Por que o PIB é expresso em reais ou em dólares?**

A resposta é que não existe outra maneira de se somar bens e serviços tão diferentes entre si, como toneladas de aço, barris de petróleo e horas de aula na escola. A saída é atribuir valores a todos os itens que fazem parte do PIB e depois somar.

The background of the page is a light beige color. It is filled with a dense pattern of simple, black-and-white line drawings of human faces of various ages, genders, and expressions. Interspersed among these faces are several dollar signs (\$).

PIB PER CAPITA

O PIB “per capita” (se pronuncia “cápita”; “per capita” quer dizer “por cabeça”, ou seja, por pessoa) **é o resultado da divisão do PIB pelo número de habitantes do país e dá uma medida do grau de desenvolvimento do país.**

O PIB per capita equivale à renda per capita, o que dá uma ideia de qual PODERIA ser o ganho médio de cada indivíduo da população. Mas, é claro que nem todos ganham a mesma coisa. Muitos nem trabalham, como a maioria das crianças e das pessoas mais velhas. Pode haver também grandes distorções na distribuição de renda, concentrada nas mãos de poucos. Isso quer dizer que **poucas pessoas podem ser donas da maior parte da renda do país, sobrando pouco para as muitas outras.** Na Arábia Saudita, por exemplo, a renda média é equivalente à de países desenvolvidos do Mediterrâneo, mas um pequeno número de famílias recebe em conjunto 90% das remunerações. São as donas dos poços de petróleo.

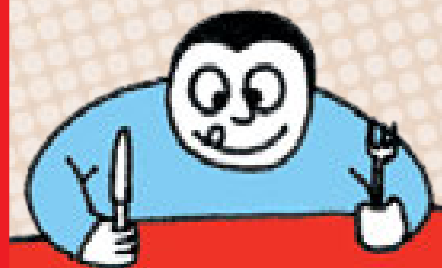
CONCENTRAÇÃO DE RENDA

No Brasil, o economista Edmar Bacha criou, em 1974, o termo “Belíndia” para se referir a um país fictício em que uma minoria viveria tão bem como na Bélgica, enquanto uma imensa maioria seria tão pobre quanto à Índia da época, devido à má distribuição de renda. Esse quadro ruim vem melhorando aos poucos desde os anos 1990, quando a inflação foi contida. Além disso, os programas de renda mínima, a retomada do crescimento econômico e a taxa de desemprego relativamente baixa têm também contribuído para esta desconcentração de renda.

Há muita coisa ainda a ser feita para melhorar o problema social de concentração de renda.

Para se ter uma ideia de como a renda é concentrada, imaginemos o seguinte: vamos colocar toda a população do país numa espécie de fila, em ordem decrescente de renda. Em seguida, vamos dividir essa fila em 100 grupos, com o mesmo número de pessoas. Ou seja, se dividimos os brasileiros em 100 grupos, cada grupo conteria 1% da população. O primeiro grupo teria as pessoas (e suas famílias) mais ricas do país, enquanto o centésimo grupo seria formado pelas mais pobres. Pois bem, esse cálculo é feito todo ano pelo IBGE, em suas pesquisas sociais (PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio). É importante informar que, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011 o Brasil atingiu sua menor desigualdade de renda em trinta anos. Porém, mais de 40% do rendimento ainda são concentrados nos 10% da população com renda mais elevada, lembrou a gerente da PNAD.

Em 2011, o Brasil apresentou uma população aproximada de 192 milhões de habitantes, logo, 19,2 milhões de brasileiros eram detentores dessa fatia mais elevada da renda..



TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB

No ano de 2012 o PIB brasileiro fechou com crescimento de apenas 0,9%. Essa é uma medida do desempenho da economia. Normalmente se refere à **taxa de crescimento do PIB, que mostra quanto a renda nacional vem crescendo ao longo do tempo.**

Grupo	Renda per capita	Renda familiar
Extremamente pobre	Até R\$ 81	Até R\$ 324
Pobre, mas não extremamente pobre	Até R\$ 162	Até R\$ 648
Vulnerável	Até R\$ 291	Até R\$ 1.164
Baixa classe média	Até R\$ 441	Até R\$ 1.764
Média classe média	Até R\$ 641	Até R\$ 2.564
Alta classe média	Até R\$ 1.019	Até R\$ 4.076
Baixa classe alta	Até R\$ 2.480	Até R\$ 9.920
Alta classe alta	Acima de 2.480	Acima de R\$ 9.920

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) utiliza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios para a definição dos oito estratos socioeconômicos. Você já deve ter ouvido falar nas “classes econômicas”. De acordo com a renda mensal da família de cada domicílio, a população é agrupada em classes econômicas. O IBGE, outro órgão de governo, faz pesquisas importantes sobre a população brasileira para orientar as ações do governo. Entre os itens pesquisados está a situação econômica das famílias brasileiras.

Fontes: Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)

O principal recurso econômico de que dispõem as pessoas das classes D e E é a sua capacidade de trabalho, que será mais valorizada se a economia crescer. Isto porque, **quando a economia cresce, aumentam as oportunidades de trabalho.** As empresas recebem mais encomendas e, para produzir em maior escala, precisam contratar. Um estudo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostrou que a desigualdade entre os rendimentos dos trabalhadores brasileiros caiu quase 7% entre 2002 e 2008, período no qual o país cresceu bastante. Portanto, o crescimento do país alcança a todos, mas principalmente às pessoas mais pobres.

PROFISSIONAIS E EMPRESAS INFORMAIS

Você já se perguntou por que as mercadorias vendidas em camelô são mais baratas do que as vendidas em loja?

Essas mercadorias não trazem embutidos nos preços os impostos e taxas devidos, nem as despesas de uma loja, tampouco têm garantia legal de troca. Por isso é mais barato.

Trabalhar sem carteira assinada pode até facilitar obter uma ocupação. Por outro lado, dificulta obter crédito e compromete sua aposentadoria se você não contribuir para a Previdência Social. Quem é autônomo também precisa ter um registro de autônomo e pagar impostos.

A economia informal também reduz a arrecadação do governo em impostos e **contribuições previdenciárias**. Com isso, ele tem menos dinheiro para investir em serviços públicos.

PALAVRAS-CHAVE

IBGE – O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi fundado em 1937 com uma missão: identificar e analisar o território, contar a população, mostrar como a economia evolui por meio do trabalho e da produção das pessoas, revelando ainda como elas vivem. Para tanto, este órgão do governo estuda e publica uma série de dados estatísticos sobre diversos aspectos da nossa vida, como população (quantas pessoas há em quais lugares, em que trabalham, como vivem), economia (finanças públicas, PIB e resultados da indústria, agropecuária, comércio, serviços etc.), geociências (recursos naturais, mapas).

Contribuições previdenciárias – São geradas por empregadores e empregados que destinam parte de sua renda ao governo (por meio da Receita Federal do Brasil), para que, quando não possam mais trabalhar (por velhice, doença, invalidez ou por outro motivo), continuem recebendo algum pagamento mensal.

MERCADO



FAZER UMA TROCA

Na história da página anterior, um dos rapazes queria trocar seu casaco pelos óculos escuros do primeiro. Nesse caso, é preciso que haja uma dupla coincidência: o rapaz que tem o óculos se interessa pelo casaco do outro e o rapaz do casaco tem interesse no óculos do primeiro. Sem essa dupla coincidência não ocorre a troca. Porém, a moeda permite que as duas transações ocorram independentemente: os dois produtos podem ser trocados por moeda. Ou seja, o primeiro rapaz pode vender seu casaco e com o dinheiro comprar um óculos escuros em alguma loja ou feira. O segundo rapaz, se o desejar pode fazer o mesmo e vender seus óculos. Mas, onde vender e onde comprar? Como funciona em grande escala, isto é, com milhares ou milhões de pessoas, esse balançamento entre o que alguns querem adquirir e o que outros querem vender?

Nos primórdios da atividade econômica, quando não existia moeda, para obter um bem de que necessitava a pessoa oferecia em troca algo de que dispunha. Processo chamado de **escambo**, ou seja, troca direta de uma mercadoria por outra.

MERCADO

Ainda hoje existem os mercados como locais físicos de encontro para compra e venda, como as feiras livres, mas em economia, mercado normalmente significa o conjunto de compradores e vendedores de um bem ou serviço em uma determinada área. Assim, o mercado de pães da sua cidade é formado por quem vende pão, geralmente padarias e supermercados (oferta), e por quem compra pão, donas de casa, escolas que servem lanche aos seus alunos e funcionários etc. (demanda), no município em que você mora. Atualmente, as transações podem ser feitas até pela internet. O “local” do mercado pode ser virtual.



DEMANDA

A **demanda** não é apenas o desejo, mas principalmente a intenção de pagar para dispor de um determinado bem ou serviço, como um sorvete ou um corte de cabelo. Ela pode ser influenciada por diferentes fatores como o gosto (gosto não se discute), a renda das pessoas (quanto dinheiro elas têm), suas expectativas (de aumento ou queda de salário) e os preços. Em princípio, se o preço de um produto sobe, as vendas caem, as pessoas deixam de comprar porque não podem pagar, acham caro ou procuram produtos substitutos. Se o cachorro-quente está caro, que tal comprar um hambúrguer? Se o sorvete do José subiu de preço, vou comprar meu sorvete no João. Da mesma forma, se o preço cai, as vendas tendem a subir. Às vezes o que caiu foi o preço de um produto complementar, o que permite criar combinações interessantes. Por exemplo, você pode achar caro pagar R\$ 2,00 por um cachorro-quente, mas, ao mesmo tempo, considerar que R\$ 3,00 por um cachorro-quente e um refrigerante já valem a pena.

OFERTA

A **oferta** é composta pelas pessoas e empresas querendo vender um produto ou serviço por um determinado preço. Em princípio, quando os preços sobem, a oferta aumenta, pois as pessoas se sentem mais motivadas a vender. Além do preço, outras coisas afetam a quantidade oferecida, como os insumos e seus preços (componentes da oferta. A máquina precisa de energia para funcionar, o pipoqueiro precisa de milho etc.), a tecnologia que pode tornar uma produção maior mais fácil (uma nova máquina permite consertar sapatos e bolsas mais rapidamente que antes), as expectativas (se vai chover, as pessoas precisarão de guarda-chuvas. Isso motiva um vendedor de guarda-chuvas a levar seu produto para a praça em quantidade maior do que levaria num dia de sol).



PALAVRA-CHAVE

Insumo: um bem ou serviço utilizado na produção de outro bem ou serviço

LEI DA OFERTA E DA DEMANDA

A lei da oferta e da demanda afirma que toda vez que a demanda fica maior do que a oferta, o preço sobe. Se a demanda supera a oferta, alguém sempre pode se dispor a pagar mais pelo produto, e os preços começam a subir. Ou então o vendedor, percebendo que há muito interesse pelo seu produto, aumenta o preço. É o caso dos sorveteiros num dia de calor. Conforme o preço vai subindo, mais e mais pessoas vão desistindo de comprar. Se o sorveteiro subir demais o preço da casquinha, ele não consegue vender, mesmo com o calor. Depois de algum tempo, oferta e demanda se igualam novamente e o mercado fica equilibrado.

Do mesmo modo, se a oferta fica maior que a demanda, o preço cai. Quando a oferta supera a demanda, significa que existe sobra do produto. No final da feira, os preços diminuem. Há produtos que sobraram e não podem ser guardados porque estragam. É melhor vender a um preço mais baixo do que jogar fora.

MONOPÓLIO

Quando só uma pessoa ou empresa pode fornecer um produto ou serviço, temos a situação de **monopólio**, e ela tem poder sobre os preços das transações. Se uma empresa é a única que fornece televisão a cabo ou banda larga em um local, ela pode subir seus preços até onde as pessoas puderem pagar, porque elas não têm opção. Nesses casos, se diz que a empresa tem poder de mercado. Ela consegue cobrar pelos seus produtos um preço mais alto do que cobraria se tivesse concorrentes. Se um bairro tem apenas uma farmácia, ela pode cobrar mais pelos remédios que vende do que se tivesse uma concorrente no quarteirão ao lado.

Um **oligopólio** é quando um pequeno grupo de empresas controla a oferta de um bem ou serviço. Não tem o mesmo poder de um monopólio, mas também influencia os preços. Exemplo: um determinado remédio só é fabricado por dois ou três grandes laboratórios farmacêuticos. (Uma saída é o genérico, que aumenta a competição.)

Um **cartel** consiste em um acordo feito entre empresas do mesmo ramo. As empresas que formam o cartel normalmente têm produtos similares e fazem o acordo para coordenar preços, produção, parcelas do mercado, alocação de consumidores, dividir territórios de atuação, acertar quem vencerá quais concorrências públicas para prestar serviços ao governo etc. O objetivo é maximizar os lucros, minimizando a concorrência e impedindo o surgimento de novas empresas do ramo na sua área. A formação dos cartéis prejudica os consumidores e é proibida em alguns países, dentre eles o Brasil, e é fiscalizada pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

ECONOMIA DE MERCADO

No Brasil, e na maioria dos países, a economia é formada por muitos mercados, em que os preços sobem e descem em função da oferta e da demanda. Daí a expressão **economia de mercado**. Mas, no fundo, não existe economia de mercado pura. Em qualquer país, há sempre alguns produtos e serviços ofertados pelo governo. São os bens públicos, como segurança, iluminação e boa parte do ensino básico. As economias em que a produção é feita em vários mercados diferentes, mas há também espaço para a oferta governamental de bens e serviços, chamam-se economias mistas. Um caso extremo, em que o governo controla a oferta de todos os produtos e não há mercados é o das economias centralmente planejadas, que na prática não existem mais.

Nas economias que se organizam a partir de mercados, os preços são sinais que orientam as decisões das pessoas: preços altos estimulam a oferta, fazendo com que os produtores atuais expandam sua produção e até mesmo que outras pessoas queiram passar a ofertar aquele produto ou serviço. Se os preços caem, ocorre o movimento contrário.



PISCA ALERTA

Você já reparou que às vezes parece que todo mundo está fazendo coisas parecidas? Todas as crianças parecem estar brincando das mesmas coisas e vendo os mesmos desenhos, com a clássica divisão de “brinquedo de menino” e “brinquedo de menina”. E aquela música que toca interminavelmente no rádio? O programa de TV a que todo mundo assiste, o novo “point”, lugar badalado, onde “você tem que ir”. E o filme que todo mundo está comentando? Por vezes, quem não acompanha essas ondas sofre. É a pessoa que está por fora, que não está sabendo de nada, é a esquisita.

POR QUE ISSO?

Porque, como um grande grupo de pessoas, o mercado também sofre influências psicológicas, é o caso do **COMPORTAMENTO DE MANADA**. Isso mesmo, que nem gado. Muitas pessoas tendem a imitar o comportamento umas das outras, **sem pensar muito por que estão fazendo aquilo**. (Rosa é cor de menina porque é, ora. Eu vejo esse programa porque todo mundo vê.)

Por exemplo: moda, lugares badalados, redes sociais (como assim, você não tem Facebook?!) e, também, tipos de gastos e de investimentos. Tem gente que não analisa seu perfil e o dinheiro de que dispõe para decidir onde investir o que poupou, simplesmente imita os outros, segue o que as outras pessoas estão fazendo o que pode ser um erro, pois a situação dela pode ser bem diferente da situação daquela pessoa que ela está imitando.

Existem razões para que isso aconteça:

- » Imitar é o modo mais básico de aprendizagem humana, sempre está presente em nós.
- » As pessoas são gregárias, buscam a companhia dos outros e se sentem mais seguras assim – inclusive para fazer suas escolhas.
- » Muitas pessoas costumam ter a fantasia de que os outros estão em melhor situação do que elas próprias – por isso, deveriam se juntar ao grupo para se dar bem também – “Não posso ficar aqui de fora, como o único otário...” é uma fantasia muito comum.



PREVIDÊNCIA

AGÊNCIAS DE TURISMO CRIAM PACOTES ESPECIAIS PARA A TERCEIRA IDADE

Esqueça o dominó na praça e o tricô. A terceira idade agora tem novos planos: viajar. De olho nessa fatia de mercado, as agências de turismo começaram a criar pacotes especiais para seus clientes. Entre os serviços diferenciados estão programações sem correria, guias especializados e cuidados específicos com a saúde.

Ana Margarida, de 70 anos, garante que essa é a melhor época da sua vida:

— Meus filhos estão criados, estou aposentada, agora é a minha vez de aproveitar. No início minha filha ficou preocupada: “Mãe, como assim você vai para o Chile sozinha, você não fala espanhol, nem inglês, não vai conseguir se virar.”

Pois eu fui mesmo assim, em uma excursão especial para a terceira idade, com um guia falando português. Depois que eu mostrei as fotos para minha filha, ela resolveu até fazer uma previdência complementar. Disse que quer fazer a mesma coisa quando se aposentar!

Depois de certa **idade** ou de certo **tempo de contribuição**, o brasileiro pode se aposentar. Imprevistos também acontecem: um acidente pode fazer com que uma pessoa fique incapaz de trabalhar, sendo aposentada por **invalidez**. O maior risco é a incapacidade para o exercício da profissão, geralmente associado à idade.

APOSENTADORIA POR IDADE

Segundo as regras atuais, têm direito a se aposentar por idade os trabalhadores urbanos do sexo masculino a partir dos 65 anos e do sexo feminino a partir dos 60 anos. Os trabalhadores rurais podem pedir aposentadoria por idade com cinco anos a menos: a partir dos 60 anos, homens, e a partir dos 55 anos, mulheres.

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

A aposentadoria por tempo de contribuição pode ser **integral** ou **proporcional**.

Para ter direito à **aposentadoria integral**, o trabalhador homem deve comprovar pelo menos 35 anos de contribuição e a trabalhadora mulher, 30 anos. Os homens podem requerer aposentadoria proporcional aos 53 anos de idade e 30 anos de contribuição, mais um adicional de 40% sobre o tempo que faltava em 16 de dezembro de 1998 para completar 30 anos de contribuição.

Para requerer a **aposentadoria proporcional**, o trabalhador precisa combinar dois requisitos: tempo de contribuição e idade mínima. As mulheres têm direito à proporcional aos 48 anos de idade e 25 anos de contribuição, mais um adicional de 40% sobre o tempo que faltava em 16 de dezembro de 1998 para completar 25 anos de contribuição.

APOSENTADORIA DE SERVIDORES PÚBLICOS

Os servidores públicos, regidos pela Lei nº 8.112/90, dispõem de regras diferentes de aposentadoria, que incluem não apenas tempo de contribuição e idade, como também tempo de exercício no cargo público. Existe um simulador de aposentadoria de servidor público, cujo manual descreve as regras constitucionais de aposentadoria no serviço público e está disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Simulador/Manual.pdf>

Depois de aposentadas, as pessoas passam a receber uma aposentadoria como receita para cobrir suas despesas. A

partir daí, algumas pessoas param de trabalhar e passam a viver apenas desse dinheiro, outras trabalham apenas o quanto quiserem e somente no que gostam, e ainda existem aquelas que continuam trabalhando normalmente e apenas complementam a renda com o dinheiro da aposentadoria.

A área do governo que garante a renda do contribuinte em caso de velhice, doença, acidente, gravidez, morte e prisão é a **previdência social**. Previdência pública disponível para todos os brasileiros. A previdência social tem como meta garantir que as pessoas em geral tenham aposentadorias que lhes permitam viver com estabilidade e dignidade.

Para poder cobrir essas despesas, o governo cobra contribuições previdenciárias das empresas, dos assalariados e dos profissionais autônomos. No Brasil e na maioria dos países, o pagamento das contribuições previdenciárias pelos que trabalham e empregam é o que financia quem está aposentado pela previdência pública. A lógica do sistema de previdência pública no Brasil e na maioria dos países é que os novos contribuintes financiam os rendimentos dos aposentados. Este é o regime de “repartição”.

Há também o regime de “capitalização”, em que cada um contribui para a previdência ao longo da fase ativa e quando se aposenta, passa a receber em parcelas o montante que acumulou. Esse montante em geral é maior do que a poupança que se fez durante os anos de trabalho. Isso acontece porque os valores são “capitalizados”, isto é, rendem juros ou outras formas de remuneração. Esse é também o princípio da previdência complementar.

Para saber mais:

Visite o site do Ministério da Previdência Social www.previdenciasocial.gov.br

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Para muitas pessoas o dinheiro da aposentadoria pago pela previdência social não é suficiente para ter certo nível de conforto. Uma das maneiras de se conseguir isso é fazer uma **previdência complementar**. A previdência complementar pode ser **aberta**, ou seja, disponível a qualquer pessoa que tenha interesse em participar (o mercado financeiro tem opções assim), ou **fechada**, que inclui tanto aquela que é voltada a empregados quanto a trabalhadores vinculados a alguma entidade representativa, como sindicatos, cooperativas, associações e outras entidades.

A previdência complementar é uma alternativa para completar a aposentadoria da previdência social oferecida pelo governo. Enquanto **a previdência social é pública e obrigatória**, **a previdência complementar é opcional**. A maioria das pessoas que a faz busca uma complementação de renda para garantir seu padrão de vida.

Os recursos efetivamente arrecadados pela previdência pública nem sempre têm sido suficientes para cobrir toda a despesa com benefícios, o que pode tornar necessário que o governo desembolse a diferença. Veja o que aconteceu em 2012:

O INSS arrecadou R\$ 284 bilhões

O INSS pagou em benefícios R\$ 326 bilhões

É só fazer a conta para verificar o tamanho do déficit:

284 bilhões

- 326 bilhões

- 42 bilhões (ou seja, 42 bilhões negativos, que é quanto teve de ser coberto pelo governo).

SONEGAÇÃO

A situação da economia pode auxiliar ou complicar a situação financeira da previdência. Nas fases de recessão, aumenta o desemprego e menos pessoas contribuem para o sistema. Nessas fases, o déficit previdenciário aumenta. A **sonegação** (as pessoas e empresas que deixam de recolher as suas contribuições) **pode ter um relevante papel negativo no comportamento das receitas da previdência.**

Não fica difícil perceber que do jeito que está não dá para continuar e isso afeta você diretamente por dois motivos. A curto prazo porque, segundo o economista Armando Castelar Pinheiro, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), “a conta acaba recaindo sobre os impostos e sobre os investimentos que deixam de ser feitos, além de restrições que são impostas a políticas de salários de pessoal em setores importantes, como educação básica, segurança e saúde”. Ou seja, o governo tem de cobrir o déficit da previdência aumentando impostos e investindo menos em educação, saúde, segurança, transporte. Sobra menos dinheiro para pagar melhor os professores e médicos e para equipar escolas e postos de saúde.

No longo prazo, outro problema que pode surgir: se os seus pais não conseguirem boas aposentadorias, vão depender financeiramente do dinheiro que você conseguir ganhar para poderem sobreviver. Se pensar mais longe ainda e considerar que nada vai mudar, o que será de você quando for velho, ou se sofrer um acidente grave?

BRASIL, UM PAÍS QUE JÁ FOI CONSIDERADO “JOVEM”

Antigamente, os brasileiros não viviam muito, e nasciam muitas pessoas por ano. Por isso, o país era considerado “jovem”: tínhamos muitas pessoas jovens sustentando as aposentadorias de poucos idosos e as contas fechavam com maior facilidade. Quem olhava para a distribuição etária (por idade) da população via uma pirâmide, com uma grande base de jovens e poucos idosos no topo. Só que os tempos mudaram.

SALÁRIO MÍNIMO

★★★★★ 1º de maio de 1940

Museu Imperial de Petrópolis – elegância e seriedade

Com pouco mais de um mês de sua inauguração, em 29 de março, o Museu Imperial de Petrópolis já se firma como mais uma opção para abrilhantar a cultura de nosso país. O visitante curioso sobre a história do país não sairá decepcionado de seu passeio.



O exército franco-britânico é derrotado na Noruega, em Lillehammer

O poderio nazista alemão já havia ocupado a Dinamarca e agora se faz presente na Noruega. Apesar das derrotas no mar contra os britânicos, os alemães firmam sua posição na Escandinávia.

Sucesso na inauguração do Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho em São Paulo.

O novo estádio municipal teve uma inauguração de grande sucesso no dia 27 de abril, sendo mais um triunfo para o universo desportivo da capital paulista. As atenções se voltam agora para a inauguração do Autódromo de Interlagos no próximo dia 12.



INSTITUÍDOS OS VALORES DO SALÁRIO MÍNIMO

O salário mínimo foi instituído no Brasil pelo presidente Getúlio Vargas, por meio da lei nº 185 de janeiro de 1936 e pelo decreto-lei nº 399 de abril de 1938. Agora seus valores são fixados pelo decreto-lei nº 2.162 e o salário mínimo entra em vigor a partir de 1º de maio de 1940 em todo o país. Atualmente existem 14 valores diferentes para o salário mínimo, tabelados de acordo com uma divisão do país em diferentes regiões e sub-regiões. A relação entre o maior e o menor valor em 1940 é de 2,67. Esses valores serão mantidos por três anos, quando haverá novo reajuste.

A medida gerou controvérsias com economistas afirmando que o salário mínimo poderia gerar desemprego, enquanto outros afirmavam que se tratava de uma questão de distribuição de renda que beneficiaria o país como um todo. O tempo diria.

415-777-1111 46e

SALÁRIO MÍNIMO

A constituição federal brasileira de 1988 estabelece, no capítulo II (Direitos Sociais), artigo 6º, o direito de todo trabalhador a um salário mínimo. A cláusula IV define o valor do salário como “capaz de atender a suas [do trabalhador] necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social”. Além disso, a cláusula IV também garante reajustes periódicos do salário mínimo para preservar o poder aquisitivo do trabalhador diante da inflação. Por isso o salário mínimo tem seu valor reajustado todo ano.

No período de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2013, o salário mínimo federal teve valor de R\$ 678,00(*). Os estados podem estipular valores acima desse mínimo para os trabalhadores que neles residem, mas não abaixo.

() Anualmente este valor é reajustado pelo governo federal.*

SALÁRIO MÍNIMO PODE GERAR DESEMPREGO?

Há uma discussão a respeito das consequências do salário mínimo para a vida dos trabalhadores. Alguns economistas acham que certos trabalhadores ficam sem emprego porque há empregadores que, embora não consigam pagar o salário mínimo, poderiam pagar um outro valor que estaria abaixo do estipulado como mínimo. Mas, não sendo isso permitido por lei, esses trabalhadores ficam sem a opção de aceitar um pagamento menor do que o mínimo e acabam sem receber coisa alguma. Outros economistas defendem o salário mínimo argumentando que esses problemas são relativamente pequenos diante do bem-estar social proporcionado para os trabalhadores mais pobres, que são os que têm mais dificuldade de negociar seus salários com os contratantes.



DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A distribuição de renda na economia é a forma como ela é repartida pelos habitantes de um país ou região. Isso quer dizer que não basta conhecer a riqueza de um país e seu número de habitantes para se ter uma boa noção de seus níveis de pobreza. Se a renda for muito concentrada, isto é, se estiver nas mãos de poucos, o país pode ser muito rico e seus habitantes, muito pobres. Por outro lado, o país pode não ser tão rico, mas seus habitantes desfrutarem de um padrão de vida melhor que o da maioria dos habitantes de um país com economia maior. Essa diferença nasce de como a renda gerada no país é distribuída entre os seus habitantes. Vamos ver como isso funciona no Brasil.



No nosso país, a renda nacional é muito concentrada: a metade pobre da população brasileira ganha quase o mesmo valor (12,5% da renda nacional) que o 1% mais ricos (13,3%). Imagine se o Brasil tivesse 100 habitantes e uma renda nacional de R\$ 1.000,00. Com essa distribuição de renda uma única pessoa ficaria com R\$ 133,00 e as 50 pessoas mais pobres teriam que dividir R\$125,00 entre si. Isso indica uma grave desigualdade social, ou seja, poucos com muito e muitos com pouco. O salário mínimo tem como uma de suas metas a diminuição da desigualdade social ao garantir um padrão mínimo de renda para os trabalhadores mais pobres do país.

Estudos mostram que há pessoas muito pobres, sobretudo em regiões rurais, que recebem menos de um salário mínimo. Essas pessoas não se beneficiam da política de reajustes do salário mínimo (trabalham em mercados onde a oferta de pessoas pouco qualificadas é grande ou a demanda é fraca, ou os dois), permanecendo na pobreza. Para elas, políticas públicas sociais podem ser eficazes.

VOCÊ SABIA?

SALÁRIO MÍNIMO INFLUENCIA O VALOR DAS APOSENTADORIAS

O salário mínimo também é usado como base para o pagamento de aposentadorias pela previdência social. **Nenhum aposentado pode ganhar menos de um salário mínimo.** Nas últimas décadas, o salário mínimo tem subido acima da inflação e, com isso, mais que dobrou o seu poder aquisitivo. Embora desejável, esse ganho pressionou o orçamento da previdência, que precisa arrecadar dos trabalhadores os recursos para pagar os benefícios dos aposentados e pensionistas. Para poder cobrir as despesas da previdência pública, o governo cobra contribuições previdenciárias das empresas, dos assalariados e dos profissionais autônomos. No Brasil e na maioria dos países, o pagamento de contribuições previdenciárias por quem trabalha (e emprega) financia quem está aposentado pela previdência pública. A lógica do sistema de previdência pública é que os novos contribuintes financiam os rendimentos dos aposentados.

